

TRANSPARÊNCIA NO ACESSO À INFORMAÇÃO E AS MEMÓRIAS VIRTUAIS DA DITADURA MILITAR NO SITE BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@AL

Luis Fernando Herbert Massoni - UFRGS
Valdir Jose Morigi- UFRGS
Solange Inês Engelmann - UFRGS
Arthur Walber Viana - UFRGS

Resumo: O presente estudo aborda a transparência no acesso às informações sobre acontecimentos históricos que compõem as memórias individuais e coletivas, por meio da construção das memórias virtuais para o fortalecimento da democracia. Objetiva analisar a transparência nas informações contidas no *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* sobre os processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar em relação aos cidadãos que se manifestaram contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Apresenta uma discussão teórica sobre a importância da transparência no acesso à informação e a recomposição das memórias coletivas, a partir de memórias virtuais. Estudo qualitativo realizado no primeiro semestre de 2015 que utiliza análise de conteúdo para analisar o *site Brasil: Nunca Mais Digit@l*, que disponibiliza um acervo dos processos judiciais movidos contra os cidadãos durante a ditadura militar. Conclui que o *site* é um espaço virtual facilitador na transparência do acesso às informações sobre os processos judiciais, o que auxilia no conhecimento dessas memórias coletivas, busca por cidadania e

ampliação do processo democrático.

Palavras-chave: Transparência; Acesso à Informação; Memória Virtual; Ditadura Militar; Brasil: Nunca Mais Digit@l.

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 foi um acontecimento que marcou a história do Brasil. Esse é um tema polêmico que gera controvérsias, pois alguns o defendem como um período em que a 'ordem vigorou', enquanto outros o criticam e denunciam uma série de crimes cometidos por autoridades e governos contra os direitos humanos. Tais opiniões não são formadas somente por quem vivenciou esse período (1964-1985), pois há um esforço por parte do poder público e de outros agentes sociais em fazer "lembrar para não esquecer" as ações abusivas cometidas pelo Estado, como por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade¹. Desarquivar processos,

¹ Criada pela Lei 12528/2011 e instaurada em 2012, para apurar as violações de direito humanos no período entre 18 de

setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012).

pesquisar e difundir informações sobre a ditadura auxilia na conscientização da população, trazendo à tona, por meio da transparência, as memórias sobre esse período, incorporando-as às memórias coletivas.

Na memória ficam gravadas as impressões decorrentes dos significados que atribuímos às experiências, atuando em nossa formação enquanto cidadãos. Lembrar e esquecer, atos próprios do trabalho da memória, auxiliam na formação de nossa identidade social, orientando nossas práticas socioculturais. Além da interação com o ambiente e com o outro, há outras experiências que auxiliam na formação das memórias coletivas, como as informações às quais acessamos.

O ato de acessar informações foi revolucionado nos últimos anos, especialmente devido ao surgimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), que modificaram a forma como nos relacionamos com a informação, que migrou dos suportes mais tradicionais (livros e jornais impressos, etc.) para a *web* e seus mais variados dispositivos. Apropriamos-nos das TICs e as utilizamos diariamente, pois as informações estão disponíveis a um número maior de pessoas, nos locais mais distantes. Como a apropriação da informação é imbuída de sentidos que auxiliam na construção de memórias, esse fluxo origina também a formação de memórias virtuais, globalizadas e em rede.

Mediante tais apontamentos, o presente estudo, realizado no primeiro semestre de 2015, analisa a transparência no acesso às informações divulgadas no *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* em relação aos processos judiciais que tramitaram na

Justiça Militar contra os cidadãos que se manifestaram contrários à ditadura militar no Brasil, no período entre 1964 e 1985. Objetivamos evidenciar o uso desse recurso na difusão das memórias sobre a ditadura militar no Brasil e sua contribuição na ampliação do sistema democrático. Para tanto, discutimos a transparência no acesso à informação na construção e recomposição das memórias coletivas e a informação disponibilizada por meio da rede virtual, procurando compreender sua contribuição na formação cidadã.

2 TRANSPARÊNCIA NO ACESSO À INFORMAÇÃO E AS MEMÓRIAS

Ao falarmos em cidadania no século XXI, a informação tornou-se uma palavra-chave, devido ao papel crucial que possui na vida pública e privada. Por meio da informação os indivíduos e grupos sociais contatam diferentes formas de compreender o mundo e as práticas socioculturais que os cercam. O acesso à informação pode gerar inconformismo e resistência, pois as múltiplas perspectivas sobre um mesmo tema as quais temos acesso nos permitem um posicionamento mais reflexivo e crítico frente à estrutura social vigente.

Para tanto, torna-se necessário entendermos a função da informação para além de suas questões técnicas, compreendendo o processo de apropriação e significação inerente ao ato de transmiti-la e recebê-la. Refletir sobre a informação de forma integrada lhe atribui um outro sentido, quando articulada com outros conceitos, como documento e mídia (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Assim, conforme Le Coadic (1996), há uma apreensão de sentidos ou seres por meio da informação, sendo passível de

compartilhamento através da sociabilidade, utilizando um sistema de signos.

A dinâmica da informação pode ser entendida como um recurso simbólico, aglutinando o sentido cultural para diferentes grupos e indivíduos (MARTELETO, 2000). A produção, a transferência e a aquisição de informação são fenômenos de ordem social e simbólica, construídos levando em conta o contexto social e a atribuição de sentidos e símbolos por parte dos indivíduos (MARTELETO, 1995). Dessa forma, potencializa-se o entendimento dos acontecimentos sociais e históricos, tornando-se um meio de efetivação da cidadania, pois, conforme Castro (2002), o acesso à informação está atrelado à garantia de liberdade, fortalecendo a capacidade de escolha do homem.

Esse caráter da informação incide sobre o cognitivo, dando sentido aos acontecimentos sociais e históricos, atuando na formação da memória, através do ato de “fazer lembrar”. A memória coletiva é sedimentada através da construção cultural dos indivíduos e grupos, em um processo marcado por acontecimentos sociais e históricos. A experiência, a lembrança, a sociabilidade e o afeto influenciam na sua formação, pois não há memórias fora de um contexto afetivo (GONDAR, 2005). Além disso, o acesso à informação sobre os acontecimentos também possibilita o reavivamento e enquadramento de nossas memórias. Nesse sentido, as memórias coletivas e individuais formam-se por meio das interpretações do passado, associadas à organização social, e possuem a função de assegurar a coesão social, o pertencimento e as fronteiras sociais entre os grupos (POLLAK, 1989). Sendo assim:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p. 9).

Desse modo, as memórias coletivas fornecem referências que enquadram a memória comum, baseando-se na história e colaborando na elaboração de uma interpretação e recomposição do passado mediante o direcionamento de construção do presente e futuro da sociedade. A memória reavivada através do acesso à informação é fruto de uma intencionalidade, pois há agentes que atuam para trazer à tona essa memória, ressignificada e ressemantizada pelo contexto atual.

A eficácia da informação depende da distribuição no espaço social, bem como das características dos agentes coletivos detentores do conhecimento e das tecnologias de informação (CASTRO, 2002). Atuam como mediadores nesse processo as mídias, os indivíduos da sociedade civil e do governo, empenhando-se em disseminar a informação de interesse público de forma transparente. Há uma demanda crescente pela transparência que percebemos em todos os lugares (RAMONET, 2012), sendo a abertura à informação a melhor maneira de fortalecer a confiança pública e a responsabilidade social (PLAISANCE, 2011).

A memória é formada por acontecimentos vividos pessoalmente e por acontecimentos “vividos por

tabela”, vivenciados pelo grupo ou sociedade a qual o indivíduo se sente pertencente (POLLAK, 1992).

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

A memória nos faz remontar no tempo, relacionando-nos com o passado, embora ela não nos conduza a uma origem autêntica, mesmo em nível pessoal (GASTAL, 2006), pois é formada através do exercício de lembrar e esquecer, tendo em vista que recordar é reconstruir o passado a partir do presente e interpretá-lo em função de interesses atuais (BABO-LANÇA, 2012). Desse modo, as informações disponibilizadas pela mídia são cruciais no desenvolvimento da memória coletiva, pois são uma forma de contato com a história do grupo social ao qual pertencemos, atribuindo à mídia o papel de mediadora de narrativas e relatos sobre acontecimentos históricos importantes para a sociedade, sedimentando-os na memória. Nesse processo, nos tornamos cientes e mais críticos a respeito dos acontecimentos da história de nosso povo.

Esse processo envolve a conscientização da população e mobiliza o lembrar e o esquecer, próprios do trabalho da memória. Como elucida Castro (2002), a recuperação da informação está em

permanente luta entre a recordação e o esquecimento, entre a lembrança e a realidade, entre o tempo e a narrativa e entre a vida e a morte. Para a autora, a informação é condição para a sobrevivência, ampliando seu contexto comunicacional por meio do resgate narrativo, na preservação das memórias sociais. Nas palavras da autora:

A estratégia da informação como condição à sobrevivência amplia seu contexto comunicacional com o resgate narrativo, na preservação das memórias sociais. Resistindo aos mecanismos de esquecimento e obliteração, o acervo informacional, obtido na reestruturação das identidades atingidas pela impossibilidade democrática, possibilita reconstruções cognitivas de avaliação e de conhecimento da realidade (CASTRO, 2002).

A sociabilidade não nos apresenta as diversas narrativas a respeito de fatos históricos, sendo esse papel desempenhado pela informação, que enquadra memórias e interfere no que é lembrado ou esquecido pelo coletivo. Como aponta Pavlik (2011), a transparência, por si só, não é “revolucionária”, pois se faz necessária a apropriação das informações pelos cidadãos que as acessam. Assim, nos tornamos cientes e ativos na construção da identidade da nação, pois o acesso à informação dá voz e vez aos sujeitos silenciados ao longo da história.

Entretanto, precisamos ter em mente que o acesso à informação passou por transformações ao longo dos últimos anos, com a criação de novos canais de comunicação e informação. Destacamos a *internet* como um dos principais avanços no contexto dessas tecnologias. Na concepção de Castells (2006), a

sociedade contemporânea passa por uma revolução da tecnologia da informação, responsável pelo informalismo, uma nova forma de desenvolvimento na qual o conhecimento é a fonte central de produtividade, baseando-se na tecnologia da informação. A sociedade informacional passa a se estruturar em rede, funcionando por meio de fluxos globais que influenciam as relações sociais em todo o planeta.

A tecnologia também altera a relação com a memória pessoal e coletiva, tornando-as mais sofisticadas e alterando sua relação com o tempo (GASTAL, 2006). Em redes digitais, o acesso à memória humana, individual ou coletiva, torna-se ilimitado e os acontecimentos, atemporalizados. Para Babo-Lança (2012), as redes digitais são importantes para a memória humana, pois o acontecimento registrado por meio da escrita, da imagem ou do símbolo torna-se repetível, reproduzível e transmissível, passível de recordação, re-narração, revisão, podendo ser cartografado e atemporalizado. Surgindo como uma rede virtual com abrangência global, o avanço das redes sociais contribui no projeto de democratização da informação (RAMONET, 2012). Nesse sentido, a democratização da informação significa também a construção da memória coletiva, devido à importância da informação no ato de “fazer memória”.

A respeito do acesso à informação e o papel da sociedade em rede, Di Felice (2014) entende que há uma nova cultura tecnológica e comunicativa, que altera a política, a democracia e a forma de pensar: todos os atores são, ao mesmo tempo,

emissores e receptores tecnologicamente ativos, transformando a prática e o significado do ato de comunicar. Assim, o advento das TICs, para Mangan (2010), cria novos espaços de memória (virtuais), repositórios na socialização de informações por meio da *internet*, caracterizando-se como espaços *online* que retratam memórias individuais e coletivas.

Desse modo, entendemos que as TICs possibilitam aos cidadãos novos canais de comunicação no acesso às informações de um passado histórico, o que contribui para recompor e reinterpretar memórias coletivas e individuais. Nesse processo, estabelecem-se redes de relações e processos comunicativos em busca de cidadania e da ampliação do processo democrático.

3 O SITE BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L E AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR

Como discutido acima, o acesso à informação por meio da mídia atua na formação e recomposição das memórias coletivas sobre acontecimentos históricos que influenciam nossa identidade enquanto nação, bem como na busca por cidadania, como sujeitos autônomos, especialmente por meio das TICs. Tendo isso em vista, apresentamos um estudo qualitativo que analisa a página virtual *Brasil: Nunca Mais Digit@l*² (Figura 1), de modo a refletir a respeito da colaboração desse novo canal de comunicação na divulgação das memórias coletivas e individuais de repressão da ditadura militar contra os cidadãos que se manifestaram

² Disponível em: < bnmdigital.mpf.mp.br/#/ >. Acesso em: 05

abr. 2015.

contra ela.

Figura 1 – Layout do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*



Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013.

O presente estudo fundamenta-se na Análise de Conteúdo, metodologia bastante usada nos estudos da construção da imprensa, em relação aos acontecimentos e observação das formas de articulação entre os agentes midiáticos e sociais³. A partir dessa perspectiva metodológica, a seguir apresentamos uma descrição e análise da página virtual *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, inspirado no livro publicado por Paulo Evaristo Arns (1985). O livro contém cópias de processos contra presos políticos que tramitaram pela Justiça Militar na época, focando na descrição de técnicas de tortura e violação dos direitos humanos cometidos ao longo do período ditatorial. Através dos relatos do livro acerca do que ocorreu durante a ditadura militar, tomamos ciência do impacto desse período na vida das pessoas. Nesse sentido, concordamos com Mezan (2013), quando afirma que este acontecimento trouxe tantos traumas na vida dos brasileiros, que não pode ser simplesmente esquecido, mas “in-quecido”, para que nunca mais volte a

acontecer.

A ditadura militar brasileira foi um acontecimento que teve início em abril de 1964 e se estendeu por 21 anos, tendo fim somente em março de 1985. O período foi marcado por censura, perseguição política e repressão aos opositores do regime. Vários crimes foram cometidos – e silenciados, à época – pelos militares no poder. O processo de redemocratização se deu de forma gradual, a partir de 1978, com o fim do AI-5 (principal decreto ditatorial, promulgado em 1968, que serviu como base para o endurecimento do sistema repressivo dos militares).

Com o desenvolvimento das TICs, após quase três décadas do término da ditadura militar, em agosto de 2013 foi lançado o *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, que criou um site disponibilizando todo o acervo histórico do projeto *Brasil: Nunca Mais*, organizado nos anos de 1980 pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo. O propósito do projeto é “[...] evitar que os processos judiciais por crimes

³ Para Leal e Antunes (2011), a Análise de Conteúdo afasta-se da ideia de interpretação de textos, pois fornece um mapeamento com

apontamentos e indicações de significados e tendências, centradas nas características da vida social retratada no texto.

políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, [...] [e] obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política” (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013)⁴. Trata-se de uma tentativa de tornar a divulgação dos crimes cometidos nesse período contra os direitos humanos em instrumento de educação para recomposição da memória na sociedade brasileira.

A iniciativa do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* tornou toda a documentação do projeto, antes somente em papel e microfilme, restrita à consulta de pesquisadores em Campinas, Brasília ou Chicago, nos Estados Unidos, disponível pela *internet* para acesso em qualquer parte do mundo, a qualquer pessoa com interesse de pesquisa ou conhecimento sobre as memórias da ditadura militar no Brasil. O objetivo é reincorporar o acervo arquivado em Chicago às memórias coletivas do país, impedir o esquecimento desse período e, conseqüentemente, melhorar o processo democrático.

A repatriação dos arquivos do BNM fortalece nossa democracia e contribui para a concretização dos direitos à verdade, à memória e à justiça, especialmente no momento em que o País passa a limpo sua história com o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade e diversas outras comissões regionais (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013).

O projeto gera uma nova fonte de consulta e conhecimento para a sociedade civil sobre esse período, fundamental na garantia do direito às memórias em relação à violação dos direitos humanos pelos órgãos repressores na ditadura militar. A

proposta central é ampliar a compreensão da sociedade brasileira e internacional sobre o que foi a ditadura militar, incentivando a educação através da memória histórica para a construção de relações sociais mais justas, bem como o cumprimento de acordos internacionais de respeito aos direitos humanos.

Ao navegar por uma série de *links*, o cidadão tem acesso a um acervo disponibilizado através da tecnologia DOCPRO. A facilidade no acesso foi cuidadosamente pensada na elaboração do *site*, bem como na disponibilidade dos documentos, pois há vários textos e vídeos que compõem um tutorial educativo com orientações sobre como manusear os recursos do *site*. Como consta no *link* “Orientações Gerais”:

Caso esteja pesquisando pela primeira vez, visite a página COMO PESQUISAR, na qual há vídeos que demonstram, em três passos, o funcionamento do software. Os vídeos abordam desde conceitos de uso básico até detalhes de funções mais complexas. Dedique-se antes de iniciar as pesquisas a assisti-los. São curtos e em poucos minutos pode-se obter conhecimentos significativos que agilizarão suas buscas (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013).

Desse modo, destacamos que há uma intencionalidade por parte dos compiladores do *site* para que o cidadão efetivamente encontre a informação que deseja. Ou seja: o *site* não opera apenas uma mera questão simbólica, formal, de aparência. Há um esforço em instruir o usuário, tornando-o capaz de tirar o maior proveito possível do recursos do

⁴ Documento eletrônico não paginado.

ambiente.

A facilidade no acesso e a instrumentalização do usuário, para que saiba navegar no ambiente, são aspectos fundamentais para colocar em prática a transparência, tendo em vista que o conceito de transparência assegura que todos os envolvidos estejam falando a mesma língua (PLAISANCE, 2011).

Visando tornar mais detalhada e produtiva a busca, criou-se um Sumário que organiza as informações de cada um dos 710 processos disponíveis. Como o próprio *site* elucida, trata-se de um trabalho extenso e complexo, pois os processos judiciais, às vezes, apresentam dados incongruentes e incompletos. Como o trabalho está em andamento, foram publicados inicialmente 50 sumários, sendo os demais acrescentados posteriormente, visando acelerar as possibilidades de pesquisa. As informações do Sumário remetem a *links* para a página do processo do qual foram extraídas as informações, facilitando o acesso à fonte originária, através de um fluxo de informações as quais o cidadão tem acesso. Dentre as informações disponibilizadas sobre os processos que tramitaram na Justiça Militar, constam os dados pessoais dos acusados, o objeto da acusação, os fundamentos legais de acusação, data da denúncia e da sentença, resultado do julgamento, etc.

O *site* destaca que os dados dos sumários não são oficiais, portanto não substituem ou alteram o que está registrado nos processos judiciais. A identificação de erros também é incentivada e se pede que seja enviada pelos usuários através de contato disponibilizado no ambiente. Nesse sentido, percebemos que há uma

preocupação com a fidedignidade das informações disponíveis no ambiente.

Quando pensamos sob a perspectiva da transparência, é necessário ter em conta que não basta a informação estar disponível de forma fácil e rápida, pois ela precisa, antes de tudo, ser fidedigna. Desse modo, concordamos com Plaisance (2011) quando enfatiza que a confiança é um ingrediente fundamental para a comunicação humana. Ou seja: a fidedignidade, comprovada através da indicação de fontes é um aspecto crucial na divulgação de informações de modo transparente.

O *site* possibilita ainda que sejam realizadas pesquisas por unidades da federação e por organização política, permitindo aos interessados um filtro maior no resultado de suas buscas, facilitando a utilização dos dados disponíveis no ambiente. É possível acessar também 123 quadros com dados da pesquisa realizada pelo projeto nos anos 80, que apresentam informações relevantes, como, por exemplo, uma comparação dos organogramas do aparelho repressor e das organizações de esquerda resistentes ao regime.

Além disso, estão disponíveis materiais multimídia, em vídeos e fotos. Os vídeos contêm depoimentos de cidadãos envolvidos no combate ao regime militar e na construção do projeto *Brasil: Nunca Mais* (Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, que advogava em defesa dos presos políticos da ditadura, e a socióloga Vanya Santana, que coordenou a concepção e montagem, por exemplo). O acervo fotográfico do projeto é disponibilizado no ambiente *Flickr*⁵ do

⁵ Disponível em: <

www.flickr.com/photos/armazemmemori

Armazém da Memória. São 166 imagens - dentre as quais as Fotografia 1 e 2 - organizadas em seis álbuns, reproduzidos dos processos durante a elaboração do estudo. As fotos foram registradas pelos profissionais da polícia da ditadura no monitoramento aos movimentos sociais contrários ao regime, com a identificação de militantes e lideranças opositores à ditadura, muitos torturados e assassinados, como Carlos Marighella, Carlos Lamarca, entre outros. Os depoimentos e imagens humanizam o *site*, dão rostos ao amontoado de dados e processos.

Na página dos processos dos órgãos de repressão em que a fotografia 1 foi encontrada, a legenda continha as seguintes informações: “1) Flávio 3º

Fotografia 1 – Álbum 06: Movimento Estudantil



Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013

cient. Diurno – Aplicação – membro da Comissão de Segurança 2) Elemento do UPES ou UBES” (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013).

Fotografia 2 – Álbum 04: Repressão à ocupação da Faculdade de Filosofia em São Paulo pelos estudantes



Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013.

Outra seção é a de “acervos | relacionados”, que reúne *links* de

[a/sets/72157634614452106/](https://www.gov.br/sets/72157634614452106/) >.

outros *sites* com conteúdos diversos sobre o período da ditadura militar no Brasil⁶. Tal preocupação em expandir os conhecimentos sobre a ditadura para além do próprio domínio do portal explicita a vontade dos desenvolvedores do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* em permitir acesso amplo e irrestrito às informações e memórias sobre a época.

Há ainda um espaço denominado “Quem Somos”, que apresenta os realizadores – Armazém Memória, Ministério Público Federal e Governo de São Paulo – e os diversos apoiadores do projeto. Como complemento, a página inicial possui botões para compartilhar o conteúdo do *site* nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*, divulgando o endereço e, assim, ampliando o alcance das informações disponibilizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que o *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* não apenas disponibiliza as informações, mas oferece tutoriais para que o cidadão consiga lidar com o volume de informações ao qual tem acesso. Desse modo, atua como ambiente facilitador no acesso às informações e às memórias sobre a ditadura militar, além de incentivar as pessoas a retificar informações com equívocos, reforçando o compromisso com a fidedignidade e transparência dos conteúdos disponibilizados.

Através da apropriação das informações no *site*, os cidadãos podem aprofundar seus conhecimentos sobre esse conturbado

período histórico, gerando processos comunicativos de maior transparência e pluralidade no acesso à história e a recomposição dessas memórias, sem a interferência de interesses externos.

Com a disponibilização do acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais* na *internet*, há uma recomposição das memórias coletivas e individuais desse período, possibilitando um processo educativo na busca por cidadania e avanço da democracia. A divulgação *online* nesse espaço auxilia através do “fazer saber” dessas memórias e, conseqüentemente, do “fazer lembrar”. Nesse sentido, o *site* se constitui como uma memória virtual do período ditatorial brasileiro, que pode ser acessado em qualquer parte do planeta para informar e conscientizar a população sobre os crimes e violações dos direitos humanos cometidos nesse período da nossa história.

TRANSPARENCY IN INFORMATION ACCESS AND THE VIRTUAL MEMORIES OF MILITARY DICTATORSHIP IN SITE BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@AL

Abstract: *The current study approaches transparency in the access to information on historical events that set individual and collective memories, through the construction of virtual memories towards the strengthening of democracy. It aims to analyze the transparency of information in Brasil: Nunca Mais Digit@l about the lawsuits that were prosecuted in the military justice court concerning citizens who demonstrated against the military*

⁶ Entre eles, estão: Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, que contém mais de 1,8 milhão de páginas de jornais publicados entre 1960 e 1989; Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com mais de 100 mil páginas de

documentos referentes ao período; e Revista Saúde em Debate, com mais de 10 mil páginas que abordam o desenvolvimento da saúde pública do período da ditadura até os dias atuais; entre outros.

dictatorship in Brazil (1964-1985). It presents a theoretical discussion about the importance of transparency in access to information and the recomposition of collective memories from virtual memories. A qualitative study done in the first semester of 2015 that uses content analysis to analyze the website *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, which provides a collection of lawsuits prosecuted against citizens during the military dictatorship. It concludes that the website is a virtual opportunity to facilitate the transparency of access to information on court cases, which contributes to the knowledge of these collective memories, the quest for citizenship and the expansion of the democratic process.

Keywords: Transparency; Information Access; Virtual Memory; Military Dictatorship; *Brasil: Nunca Mais Digit@l*.

Sobre os autores

Luis Fernando Herbert Massoni
luisfernandomassoni@gmail.com
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Valdir Jose Morigi
valdir.morigi@gmail.com
Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Solange Inês Engelmann
solengel03@gmail.com
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Arthur Walber Viana
arthurwalber@hotmail.com
Estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

REFERÊNCIAS

BABO-LANÇA, I. Acontecimento e memória. In: FRANÇA, V. R.; OLIVEIRA, L. **Acontecimento:** reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L. 2013. Disponível em: <bnmdigital.mpf.mp.br/#!/ >. Acesso em: 5 abr. 2015.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, A. L. S. O valor da informação: um desafio permanente. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, jun. 2002. Disponível em: <www.dgz.org.br/jun02/Art_02.htm >. Acesso em: 29 mar. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2012. Disponível em: <www.cnv.gov.br/index.php>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DI FELICE, M. Network society (Sociedade em rede): da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Sociedade, comunidade e redes**. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. São Paulo: Papirus, 2006.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: ____; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: ____; VAZ, P. B. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

MARTELETO, R. M. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para estudo da questão do conhecimento na sociedade. **Investigación**

Bibliotecológica, México, v. 14, n. 29, p. 69 - 94, jul./dic. 2000.

_____. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MEZAN, R. **Esquecer? não: in-quecer**. Disponível em: <http://nupsi.org/wpcontent/uploads/2013/08/Renato_Mezan_-_Esquecer_In-Quecer.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PAVLIK, J. A tecnologia digital e o jornalismo: as implicações para a democracia. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 7, n. 11, 2011.

PLAISANCE, P. L. **Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.